

O ALUNO SURDO EM SALA DE AULA NO ENSINO MÉDIO

BARILLI, Z. T¹; SAPATINI, V. G. C¹.; NASCIMENTO, T¹.; MOYA, P. T².

¹ Discentes do Curso de Ciências Biológicas FAP

² Docente da Faculdade de Apucarana

RESUMO

A inclusão de alunos surdos tem mostrado faces contraditórias quanto ao ambiente de implantação, esse cenário acontece pelo fato de que todos têm direito à educação, no entanto, a qualidade da inclusão deve ser colocada em pauta quando aplicada. Os alunos surdos no ensino regular precisam de um tradutor/intérprete de língua de sinais, pois ele é um instrumento ativo para que a inclusão aconteça. Obter uma inclusão de qualidade depende de algumas instâncias, como: família, escola e sociedade.

Palavras-chaves: Inclusão; Qualidade; Tradutor/Intérprete.

ABSTRACT

The inclusion of deaf students have shown contradictory faces about the deployment environment, this scenario is shown by the fact that everyone is entitled to education, however, the quality of inclusion must be placed on the agenda when applied. The deaf students in regular education need a translator/interpreter of sign language, because it is an essential instrument for that to happen. Get a quality inclusion depends on several instances such as: family, school, friends.

Keywords: Inclusion; Quality; Translator/Interpreter.

INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos surdos no ensino regular tem gerado diversas discussões que partem de diferentes instâncias, sendo uma delas a qualidade no

ensino que é proporcionada aos alunos inclusos. Os alunos surdos no ensino médio enfrentam diversos entraves quanto ao aprendizado, desde a dificuldade de socialização, até o fracasso escolar.

Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa qualitativa no ano de 2016, tendo como principal objetivo compreender a forma que a inclusão está sendo colocada no ambiente escolar, com o propósito de analisar de forma teórica quais são os principais impasses que os alunos têm enfrentado. A pesquisa teve como amostra duas turmas de ensino médio de escola pública, apresentando alunos surdos inclusos e tradutor intérprete.

Em um primeiro momento, houve a elaboração do pré-projeto, o qual foi desenvolvido com o intuito de levantar dados para obter uma melhor reflexão. A partir da observação, houve a pesquisa de elementos teóricos que nortearam a reflexão do exposto durante a observação, nessa etapa, a confrontação da realidade com a teoria foi protagonista para a formação de uma postura ética frente a temática.

Por fim, ao concluir a pesquisa, pontos relevantes quanto a atuação do tradutor/intérprete de LIBRAS, e assuntos ligados a inclusão foram destacados, formando uma postura crítica construtiva, que versa acerca da qualidade da educação inclusiva.

REFERENCIAIS TEORICOS-METODOLÓGICOS

Para que a coleta de dados fosse efetivada, a observação se deu atenciosamente com apontamentos em bloco de notas e, posteriormente em um relatório de observação envolvendo os pontos relevantes quanto a atuação do intérprete e a interação do aluno com o conteúdo.

Os resultados obtidos por meio da observação sistemática se fizeram em duas turmas. Em um primeiro momento, a turma observada que se evidencia, é um terceiro ano do Ensino Médio, que apresenta um intérprete e somente um aluno surdo do sexo feminino com vinte anos de idade.

Durante a observação, percebeu-se que a aluna é demasiadamente excluída dos demais alunos, além de ser subestimada por diversos integrantes de seu grupo social. Nesse âmbito, considera-se que as consequências implicadas no “ser diferente” devem ocupar um espaço na reflexão da gestão escolar, e nas diretrizes que regem a convivência no espaço escolar.

Observando esse quadro, percebe-se que a Declaração de Salamanca (1994) não está sendo aplicada de forma coerente, pois esse documento versa acerca da qualidade da inclusão, colocando em seu art. 2º que a escola é o principal ponto para combater atitudes discriminatórias. Evidenciando a escola como um espaço social que se mostra democrático, a inclusão deve se mostrar acolhedora, excluindo qualquer meio de rotulagem e preconceito.

A atuação do intérprete nesse momento se resumiu a simples sinais que pairavam na compreensão da aluna, se caracterizando somente como uma tradução, e não como interpretação. Foi necessário pouco esforço para considerar que a aluna não estava compreendendo o conteúdo, pois no término das aulas, o intérprete escrevia uma sinopse do conteúdo apresentado em aula, para que assim, a aluna compreendesse o que estava sendo estudado durante a docência. Embora, a situação possa parecer paradoxal, percebeu-se que era tida como uma atividade cotidiana.

Traduzir e interpretar é algo peculiar para uma inclusão de qualidade, além disso, deve-se manter um diálogo entre as partes envolvidas para que o conhecimento se integre ao indivíduo.

A observação que foi realizada posteriormente à situação apresentada, obteve grande proeminência para a reflexão da teoria, pois no segundo ano do Ensino Médio tido como amostra, a situação se apresentou amplamente contraditória. Havia na turma dois alunos surdos, sendo um do sexo masculino e outro do sexo feminino, tendo dezenove e vinte e cinco anos de idade, respectivamente.

Nesta turma a participação do intérprete se mostrou com muito compromisso ao atender seu público, visto que o mesmo não hesitou em interpretar de forma completa o conteúdo abordado pelos professores.

Os documentos que norteiam a educação especial descrevem a função do intérprete resumida em mediar a comunicação na sala de aula. Embora, a legislação possui sua importância em ser seguida, é de suma acuidade observar que na prática, essa definição se contradiz. No cotidiano escolar o TILS exerce sua função de interpretar e circula frequentemente o campo de atuação pedagógica, portanto, diversas vezes o TILS é nomeado como professor-intérprete.

Além do diálogo que houve entre intérprete-aluno, foi visto que a turma se apresentava receptiva e acolhedora, pois os demais alunos mostraram um comportamento imparcial em relação às diferenças entre os alunos ouvintes e os surdos. Esse perfil encorajava os alunos surdos, tornando-os motivados a se socializar com os integrantes do corpo escolar. Nesta observação, verificamos se a prática do resumo elaborado pelo intérprete era característica do colégio, portanto, constatou-se que a sinopse da aula, era uma prática comum do intérprete que se mostrou na observação anterior.

Durante a observação, ambos os discentes em evidência, se preocupavam em manter um relacionamento harmonioso com os demais alunos, estabelecendo assim um ambiente em que a inclusão, se deu de forma suave.

O ambiente inclusivo é aquele que atende as demandas do público, de forma irrestrita, estabelecendo um vínculo entre a cognição e a socialização. Portanto, o intérprete tem uma ampla responsabilidade nesse âmbito, visto que a socialização do aluno, também pode ser obtida com auxílio do intérprete.

CONCLUSÃO

Diante de todo material coletado para análise, considera-se aqui diversas questões acerca da reflexão obtida. Em relação à inclusão do aluno surdo no ensino regular, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, nº 9394/1996) coloca que os sistemas de ensino deverão assegurar, principalmente, professores especializados ou devidamente capacitados que possam atuar com qualquer pessoa especial na sala de aula. Neste sentido, é notório que o aluno

surdo possui o direito de cursar uma sala de aula da rede regular de ensino e de ser acolhido pedagogicamente em suas necessidades.

A partir da análise reflexiva, percebem-se grandes barreiras na gestão escolar, pois um ambiente educacional propício para acolher os anseios educacionais destes alunos, se mostram acolhedores e democráticos. Entende-se que, a escola é responsável por mediar e incentivar a construção do conhecimento do aluno surdo, por meio da sua interação e organização de práticas e estratégias pedagógicas. No entanto, os processos de inclusão de alunos surdos na sala regular, ainda estão em fase de implantação.

Quanto ao trabalho do intérprete de Libras, que em questão atua como mediador entre o aluno e professor, sua principal funcionalidade dentro da classe escolar é proporcionar ao aluno uma melhor compressão dos conteúdos trabalhados em sala. No entanto, destaca-se aqui que a atuação do intérprete vai além de simples traduções.

Os educandos observam nos intérpretes uma figura essencial para sua inclusão em sala de aula, já que a carência de professores capacitados em Libras acaba dificultando a sua comunicação com o aluno.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda Constitucional nº 90, de 2015. Alteração, dispositivos, constituição federal, objetivo, colocação, transporte, direitos sociais.** In: Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Atlas, 2015.

DAMASIO, M. **Educação escolar de pessoas com surdez: Uma Proposta Inclusiva.** Campinas: Tese de Doutorado, 2005.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** 1994, Salamanca-Espanha.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA J. F.; SANTOS, C. A. **A qualidade da educação: conceitos e definições.** – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

KYLE, J. **O ambiente bilíngue: alguns comentários sobre o desenvolvimento do bilinguismo para surdos.** In: SKLIAR, C. (Org.). Atualidades da educação bilíngue para surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999

QUADROS, R. M. **Educação de surdos a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

VYGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas. Fundamentos de Defectologia**. Tomo V. Edicion em lengua castellana. Madrid – Espanha: Visor Dis, 1997.